

CAPOEIRA



REVISTA DE HUMANIDADES E LETRAS

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: leyva@unilab.edu.br

Email: julianafarias@unilab.edu.br

Memoriais como recursos didáticos para o Ensino de história da resistência anti-colonial em Moçambique: análise dos monumentos Acivaanjila e Ngungunhane.

Andrea Vacha¹
Manuel Vene²

Resumo:

O uso dos memoriais como recursos no ensino de história se afigura como uma estratégia inovadora na construção do conhecimento para os estudantes. As visitas escolares permitem fixar experiencialmente os conteúdos aprendidos na sala de aula e facilitar reflexões sobre a própria identidade em várias perspectivas. Nesse sentido, coloca-se como pergunta de partida: quais são os desafios que encontram as escolas moçambicanas na implementação das visitas escolares? O objetivo deste artigo é, portanto, investigar o uso das visitas escolares como experiência educativa em Moçambique, focando nos *lieux de mémoire* de líderes incontornáveis e controversos (Acivaanjila e Ngungunhane), aprofundando a interligação entre ensino de história e memória coletiva no contexto africano.

Palavras-chave: ensino de história- memoriais- Moçambique

¹ Doutorando em História Contemporânea no ISCTE-IUL de Lisboa, membro da equipa de investigação do CIES- Iscte, estudante convidado na Universidade Pedagógica e no ARPAC de Maputo em 2022. E-mail: Andrea_Vacha@iscte-iul.pt

² Historiador vinculado ao ARPAC-Instituto de Investigação Sócio-Cultural de Moçambique. Mestre em Desenvolvimento Rural com um livro publicado em 2018 sobre a Rainha Acivaanjila, entre outras várias publicações. E-mail: manuelvene32@gmail.com

Abstract:

Memorials utilized as teaching tools in history lessons, represent an innovative approach to enhance the student's knowledge. The experience of school visits helps to fix the content learned in the classroom and facilitate reflections on identity from various perspectives. In this regard, the opening question is: what are the challenges faced by Mozambican schools in implementing school visits? The objective of this article is, therefore, to investigate the implementation of this educational activity in Moçambique, focusing on the *lieux de mémoire* of controversial leaders (Acivaanjila e Ngungunhane), deepening the interconnection between teaching history and collective memory in the African context.

Key words: history teaching- memorials- Mozambique

1.Introdução

Nas últimas décadas, o interesse pelas temáticas relacionadas com a memória coletiva se intensificou, inserindo-se no cerne das especulações historiográficas. Sem dúvida, um dos marcos é “Between Memory and History: les lieux de mémoire” (NORA, 1989), em que o autor defende que a aceleração dos acontecimentos históricos em França (analogamente a outros países europeus) incentivou a procura de lugares e ocasiões de cristalização da memória, nomeadamente, arquivos, bibliotecas, museus, comemorações e celebrações. Durante a nossa pesquisa no terreno sobre as figuras da Rainha Acivaanjila e do Rei Ngungunhane, tivemos a ocasião de aperceber das peculiaridades dessa temática no contexto rural moçambicano.

Já nesta fase preliminar constatamos como os monumentos que eternizam a resistência à fase expansionista do colonialismo desenvolvem a tripla função de comemoração oficial, de espaços sagrados para cultos tradicionais (embora não diretamente os monumentos, mas os elementos naturais à volta) e, esporadicamente, de espaços didáticos no processo de ensino-aprendizagem de algumas escolas. Por outro lado, reparamos na disparidade entre o consistente acervo de ensaios sobre a função pedagógica da memória em países "ocidentais" e a fragmentada bibliografia relativa aos países onde o passado colonial é relativamente recente. A partir dessas observações surgiu a pergunta que guia a nossa pesquisa: quais são os desafios das visitas de estudo nos memoriais da Rainha Acivaanjila e do Rei Ngungunhane? Para responder esta questão, recorreremos a análise de três diferentes tipos de memoriais moçambicanos: o mausoléu de

Chaimite nos arredores de Chibuto (Gaza), a Pedra de Mussussu, perto de Espungabera (Manica), ambos relacionados com a memória do último Rei de Gaza, e a sepultura da Rainha Acivaanjila, localizada em Majune (Niassa). Para sustentar o discurso, optamos por uma metodologia qualitativa, “costurada” entre entrevistas semi-estruturadas a figuras e autoridades públicas e um questionário de perguntas abertas aplicado a professores e alunos das escolas secundárias de Chibuto, de Espungabera e de Majune.

De acordo com o espírito do presente Dossiê, consideramos como referência as estratégias adotadas nas visitas escolares de alguns memoriais de resistência brasileiros. Todavia, antes de mais, será preciso percorrer a história dos protagonistas e dos memoriais, analisando semelhanças e diferenças e debruçando-se sobre as questões historiográficas que hoje se levantam para bem compreender o complexo valor histórico e a sua relevância a nível regional e nacional.

2. Acivaanjila e Ngungunhane: contexto histórico.

A figura da Rainha Acivaanjila está intrinsecamente ligada ao sucesso do Estado Mataaka ou Ajaua nos finais do século XIX e princípios do século XX. Trata-se de uma figura exemplo de superação, um icon comunitário, uma referência indomável, que muito inspira a comunidade de Majune na província de Niassa. De prisioneira de guerra (escrava), raptada nos territórios do líder tribal Makaanjila, transcendeu à categoria de mulher principal do Rei Mataaka I, Ce-Nyaambi, transformando-se numa das figuras femininas símbolo de poder feminino no Niassa, em África e no mundo no geral. A sua história está associada ao desenvolvimento do Estado Mataaka em termos políticos, geográficos, económicos e demográficos.

Através dos seus conhecimentos na medicina tradicional, contribuiu para sucessos nas campanhas de razias contra outros reinos africanos e na purificação dos escravos que eram levados para o litoral, principal fonte de reprodução do poder. A rainha, ou Bibi Acivaanjila, de escrava da corte real ascendeu ao estatuto de mulher principal do Mataaka I, Ce-Nyaambi, depois da morte da Bibi Mbuumba. A mulher principal do rei exercia autoridade sobre as mulheres da povoação, recebia suas queixas e, dentro de limites, as resolvia. Segundo Zimba (2004), a estrutura máxima da autoridade feminina estava personificada na mulher principal do rei, Bibi-Mbuumba. Por isso, à luz das suas atribuições, tinha competência de orientar diversos ritos mágicos tradicionais africanos, principalmente ligados à preparação de medicamentos de fortificação dos guerreiros

durante as campanhas de rapina, purificação das caravanas comerciais com destino ao Oceano Índico e preparação da farinha sagrada para peditórios de chuvas aos antepassados, entre outras.

Bibi Mbuumba foi a primeira esposa do Mataaka I, Ce-Nyaambi, assassinada pelo Régulo Makaanjila, numa ação de retaliação ao ataque sofrido nos seus territórios, na qual Mataaka I obteve vários escravos de guerra (fala-se em mais de uma centena). A partir desse episódio, Acivaanjila, ou seja, Alusi Apitangombe (seu nome verdadeiro), assumiu o estatuto de esposa principal em virtude dos conhecimentos adquiridos durante o período de convivência com a perecida, na invocação aos antepassados, na preparação da farinha sagrada usada nas expedições guerreiras, na direção das cerimônias de purificação dos guerreiros antes de enfrentar alguma campanha de rapina e pelo sentido humanista que a caracterizava.

O reinado da Acivaanjila teve o seu início, de acordo com a tradição oral, por volta de 1865-1870, visto que nessa altura já havia ocorrido a dispersão do povo Yao e formadas as principais chefaturas. Durante esse período, a Rainha Acivaanjila passou a estar no centro de todo aparato ideológico que circundava em torno do soberano ou sultão Mataaka I e de todo processo ligado à reprodução do poder dentro do Estado. De acordo com a memória coletiva do distrito recolhida durante trabalho de campo, movida pelo espírito de humanismo, a Bibi Acivaanjila teve compaixão das pessoas condenadas à morte, à castração e à escravatura, visto que durante o seu mbopezi pedia aos antepassados para que lhe desse muitas pessoas para suprir o vazio que sentia pelo facto de ter sido tirada da sua povoação muito jovem. Indignada com as atrocidades cometidas pelo seu esposo, entrou em contacto com os guerreiros destacados para executar as sentenças bárbaras do sultão, pedindo para as deixar viverem escondidas nas montanhas da região de N'Konde. Para efeito, durante a invocação aos seus antepassados, Bibi Acivaanjila proferia as seguintes palavras:

Eu escrava do rei, peço aos meus espíritos daquela margem do Lago, que da mesma maneira que eu vim cá, quero que mais escravos me sigam para criar uma família larga que me permitirão deixar de viver como escrava. Terminada a realização da cerimónia do Mbopeesi, entregou a peneira ao comandante de guerra do Mataaka, conhecido pelo nome de Makuve/Matoola. Enquanto o conselho de guerra do Estado Mataaka estava a estudar qual seria a estratégia para atacar Makaanjila. (Entrevista a Steven Sinoya. Majune, 05 de junho de 2010).

Passado algum tempo, Bibi Acivaanjila soube que os prisioneiros já tinham constituído uma grande aldeia e convidou seu marido para visitar a povoação. Nesta visita, Mataaka I, Ce-Nyaambi ficou muito impressionado pela recepção calorosa e pela multidão existente. Totalmente rendido pela conquista da jovem esposa, decidiu investir a sua esposa como dona e rainha daquela população. Nesse contexto, Mataaka atribuiu à sua jovem esposa o nome de Acivaanjila, que, em língua Ci-Yao, significa criar, fundar ou quem faz para si mesma. Ce-Nyaambi morreu em 1879, vítima de uma doença prolongada. Esse acontecimento vai marcar um período de profundas transformações no Estado Mataaka, caracterizado pela saída da Bibi Acivaanjila da corte real. Nessa altura, estabelecida na região de Mwembe-Nkonde. Aventa-se a hipótese de que a Bibi recusou-se a casar ou ser herdada por Mataaka II, Ce-Nyenje, porque era mais poderosa.

Assim sendo, ela passou a residir na região central da província de Niassa (Majune), concretamente em Macolo, com a sua população. Acivaanjila foi amparada, ou seja, protegida pelo Matoola I, chefe de guerra e primo directo do Mataaka I (tradicionalmente considera-se irmão), com quem manteve um relacionamento simbólico. Ele passava uma semana no seu povoado em Mecualo e outra, no povoado da Bibi Acivaanjila. Enquanto ela dirigiu um vasto território, organizou um exército, encontrou formas locais de protecção das suas fronteiras contra as incursões inimigas, entre outras coisas. Resistiu de forma heroica contra a penetração colonial e de todas as formas de pacto de boa convivência com as autoridades portuguesas. Por isso mesmo, foi presa por duas vezes pelas autoridades coloniais (1902 e 1917), mesmo assim, continuou mantendo a sua postura anti-colonial, fato que mereceu reconhecimento das autoridades (VENE, 2018). Valendo-se dos seus conhecimentos, fortaleceu seus territórios, criando condições para que o número da sua população conhecesse incremento constantemente. Buscando incessantemente condições para que houvesse harmonia e que a população ficasse livre das doenças, pragas, entre outras calamidades naturais.

1.1. Da Invisibilidade colonial aos reconhecimentos no período pós-colonial

É reconhecidamente sabido que a África herdou uma historiografia racista, viciada e excludente, elaborada por pesquisadores europeus, na qual permanece a negação da história das sociedades africanas (DIALLO & LIMA, 2020), uma visão muito

influenciada pela perspectiva hegeliana (“África era um continente sem história”). Por isso, Ki-Zerbo (2009) sustenta que nenhum continente foi mais inferiorizado do que o africano depois do século XV. Nesse cardápio, pode-se colocar a questão de desigualdade de género na historiografia africana. A África é o continente com maior representatividade de história de mulheres que governaram ao nível mundial, tal como sustenta Diop (1954): “durante o primeiro milénio, antes da nossa era, isto é, uma época que se situa entre a Guerra de Troia e Homero, os países meridionais (africanos), já poderiam ser governados por mulheres” (p.46).

A história de Bibi Acivaanjila é um exemplo de liderança feminina em África e de resistência contra a penetração colonial. Infelizmente, a literatura colonial não apresenta registro sobre ela, tornando-a invisível no processo histórico. Esse facto pode ser justificado pelo carácter da literatura produzida durante o período colonial por pesquisadores educados de acordo com os valores sociais da época. Apesar de sua imponência, a sua história permaneceu omissa, diferentemente do Rei de Gaza, que ganhou grande projecção nacional e internacionalmente. A Rainha Acivaanjila morreu em 1926. A sua sepultura é um verdadeiro santuário, localizada a cerca de 10km da sede do Distrito de Majune (Malanga) e a cerca de 150km da cidade de Lichinga, capital da província de Niassa. Ao passarem pelo local, todos automobilistas devem reduzir a velocidade, desligar o sistema sonoro, tirar chapéu e passar em silêncio. Durante as cerimónias no local, tantos homens como as mulheres devem entrar de tronco nu e descalços. Segundo os naturais, quando não são rigorosamente cumpridos esses rituais, podem aparecer animais estranhos, entre outras coisas, que dispersam os visitantes.

No pós-independência, o governo de Moçambique reconheceu o papel da Bibi Acivaanjila, por isso o local onde jazem seus restos mortais foi elevado à categoria de Monumento Nacional, protegido pelo Decreto Lei 13/2009 de 23 de fevereiro, sobre os monumentos nacionais, e da Lei 10/88 de 22 de dezembro, que aprova a Protecção legal dos bens Materiais e Imateriais do Património Cultural moçambicano. Sua história foi alvo de um grande bailado que serviu de cartaz no X Festival Nacional de Cultura – Niassa 2018. Por isso, o local onde repousam os restos mortais da rainha ainda continua granjeando interesse por parte de pessoas singulares, das comunidades locais e de visitas guiadas das altas individualidades nacionais e das universidades que vezes sem conta deslocam-se ao local.

1.2. O último rei de Gaza

O Estado de Gaza (1821-1895) foi um dos maiores reinos africanos do século XIX, no seu auge chegou a estender-se a toda a área interior entre os rios Incomáti e Zambeze, com ramificações além das fronteiras da África do Sul e do Transvaal. O fundador Soschangané, também conhecido como Manikusse, provinha do Estado Ndwandwe (região Kwa-Zulu Natal da África do Sul) e acabou vencido por Chaka Zulu, na guerra entre Ndwandwe e Zulu, da qual resultou a grande migração dos povos (Mfecane). Em 1821, liderou o povo Nguni em busca de um território no interior de Moçambique. Graças à força do seu exército, foi capaz de rechaçar as sucessivas retaliações do mesmo Chaka (1828) e derrotar as tropas portuguesas na região de Inhambane (1833). Manikusse conseguiu estabelecer o seu novo reino na vasta zona correspondente às atuais províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, assimilando os chefes locais que se assujeitavam e movendo guerra aos que se opunham.

Foi um reinado longo (1821-58), em que se sedimentaram mecanismos administrativos necessários a um vasto território, como o sistema de indunas (auxiliares administrativos) que cobravam os tributos que das aldeias fluíam para a capital, a qual rapidamente transformou-se num centro cosmopolita com relações diplomáticas quase independentes. À morte do Nkossi (rei/soberano) Manikusse no ano 1858 e à sepultura em Chaimite, seguiram-se anos de guerra de sucessão. Em 1862 ascendeu ao poder Muzila, que sentou no trono de Gaza por duas décadas (1862-1884). No seu reinado, a capital foi transferida para o norte, na atual província de Manica. Um dos filhos de Muzila, Mundungaz, na hora de suceder ao pai adotou o nome de Ngungunhane. A sua coroação coincidiu com a conferência de Berlim (1884-1885) e a consequente necessidade da parte portuguesa de intensificar o domínio colonial, promovendo a hipócrita ideia de “civilização” dos nativos.

Ngungunhane, todavia, sempre mostrou reticências na continuação das boas relações que havia entre o seu pai e o rei de Portugal. Em 1889, causou sérias preocupações às autoridades coloniais com a mudança de capital de Mossurize a Manjacaze, passando com cerca de 100 000 súditos, muito perto dos exíguos batalhões portugueses. Porém, foi sobretudo em campo internacional que ganhou a sua fama de "Leão de Gaza", aproveitando da tensão entre Portugal e Inglaterra, que alcançou o clímax em ocasião do Ultimato britânico (1890). Mantendo ligações formais com os portugueses e encorajando o diálogo com os ingleses, acabou por ganhar influência em

ambas as partes, recebendo os graus de Coronel do exército português e, ao mesmo tempo, presentes com dedicatórias pessoais da Rainha Vitória. Pela coroa portuguesa, o perigo de perder vastos territórios africanos era tão real, que, não obstante a crise económica, resolveu enviar, entre 1894 e 1895, contingentes militares coordenados pelo partidário da “pacificação” manu militari, António Ennes.

A campanha resultou nas vitórias portuguesas em Marracuene contra as mangas (batalhões) ronga, e depois em Magul e Coolela (a derrota definitiva, antes do incêndio do kraal em Manjacaze). Tarde demais Ngungunhane reparou que a superioridade numérica do exército de Gaza já não era relevante como no tempo do avô Manikusse: em campo aberto, o tradicional ataque a meia-lua revelou-se obsoleto contra o fogo das espingardas Kropatchek e das metralhadoras, firmemente posicionadas nos ângulos da formação em quadrado. Quando já se dava por concluída a campanha militar, o capitão da cavalaria Mouzinho de Albuquerque decidiu encabeçar uma missão relâmpago para evitar que o rei derrotado escapasse ou reorganizasse uma resistência. Conforme o relato oficial, no dia 28 de dezembro de 1895, conseguiu penetrar com um manípulo de soldados portugueses no refúgio sagrado de Chaimite, protegido por centenas de guerreiros da guarda real. Antes de desautorizar Ngungunhane, Mouzinho de Albuquerque mandou fuzilar os conselheiros, “inimigos dos portugueses”, Mahune e Queto. Por ordem de Lisboa, a corte Nguni foi aprisionada na fortaleza de Lourenço Marques (atual Maputo) e embarcada para Portugal, onde foi exibida como troféu nas ruas da capital antes de chegar ao destino final: os homens na Ilha Terceira (Açores), as mulheres em São Tomé e Príncipe. Durante onze anos de desterro açoriano, mesma duração do reinado, o rei e os seus companheiros receberam os sacramentos cristãos, numa questionável experiência da missão civilizadora portuguesa. Entretanto, em Gaza, em 1897, assistiu-se a um último espasmo de resistência liderado por Maguigwana, chefe de guerra de Ngungunhane, que acabou derrotado na batalha de Mukothene e decapitado por mão de Mouzinho de Albuquerque, que mandou expor a cabeça cortada para dissuadir ulteriores insurgências (PÉLLISSIER, 1987).

1.3. Um herói contestado

Há quase oitenta anos do decesso e dez anos após a independência moçambicana, no dia 15 de junho de 1985, o primeiro Presidente da República de Moçambique, Samora Machel, celebrou com uma cerimónia apoteótica o regresso do “herói do povo” morto em

exílio. Numa altura em que a guerra civil estava devastando a jovem nação, havia necessidade de um herói, por isso, não importava que no caixão procedente dos Açores houvesse pouco ou nada dos verdadeiros espólios reais, sendo que em Angra do Heroísmo acabaram misturados com outros restos. Visava-se inspirar unidade nacional e, ao mesmo tempo, atestar a reaproximação entre Moçambique e Portugal (LIESENGANG, 1995). No fim da cerimónia, a urna foi colocada na capela da fortaleza de Maputo, onde hoje é regularmente visitada por turistas e turmas das escolas secundárias. De acordo com Connerton (1989), a seleção da memória histórica é sempre politizada e, de facto, a imagem do rei passou por um processo quase “cosmético”, comum a muitos líderes históricos, em que os seus vícios mundanos (o alcoolismo, por exemplo) e o seu lado violento foram minimizados.

Em particular, essa narração omite a tradição oral dos chopos (grupo étnico da costa de Gaza e Inhambane). Já no ano de 1980, o historiador Gerhard Liesengang recolheu um acervo de entrevistas com os anciãos, entre os quais sobrevivia a imagem despótica de um sanguinário estrangeiro determinado a aniquilar por vias violentas e brutais o povo da região costeira de Gaza; a partir dessa tradição, outros historiadores moçambicanos, como Yusuf Adam, objetaram a “heroificação” do Ngungunhane. Essa idiossincrasia entre a invenção do herói nacional (JALOICE, 2016) e a persistência da história oral chope parece ter inspirado obras imprescindíveis no panorama literário nacional, como *Ualalapi* (BA KA KHOSA, 1987) e *Quem manda aqui?* (CHIZIANE, 2012); com efeito, a ficção histórica em Moçambique jogou e continua a jogar um papel importante no incentivo a leituras críticas da história. Atualmente, apesar da narrativa hegemônica, o estatuto de herói de Ngungunhane continua a ser questionado. Contudo, pode-se concordar em dois aspetos da sua figura: de resistente à penetração colonialista portuguesa do final do século XIX e de aglutinador dos povos que acabaram por formar o Moçambique contemporâneo.

Para Mia Couto, que há décadas cultiva interesse no assunto, as marcas dessa personagem refletem-se na malha étnica que compõe o país do sul ao norte. “A violência das guerras que causou, paradoxalmente, ajudaram a nascer Moçambique. [...] a guerra é uma coisa má, mas a violência que houve na construção deste império ajudou no processo de construção do estado moçambicano”. (Entrevista a Mia Couto. Maputo, 02 de março 2022). A esta some-se uma outra característica: desde os primeiros relatos dos contemporâneos, Ngungunhane demonstrou um carisma extraordinário. Por contingências históricas, acabou figurando na estreia das primeiras fotografias impressas

pela imprensa colonial e metropolitana; no exacerbar do conflito, ele era já famoso como símbolo da África “selvagem” e, desde então, continuou a inspirar expressões artísticas de vario tipo (VACHA, 2021), sendo hoje o único monarca africano ao qual é dedicada uma estátua em solo português.

Figura 1:

Memorial de Chaimite, povoação Ngungunhane (Chibuto, Província de Gaza).



Fonte: Arquivo pessoal

2.História dos memoriais

Para avaliar as possíveis aplicações pedagógicas dos lugares de memória das duas figuras, é necessário entender a gênese e as especificidades culturais dos diferentes sítios.

Na zona rural da província de Gaza, aflora um arquipélago de monumentos à memória. Aos célebres sítios das batalhas, Magul e Coolela, somam-se memoriais escondidos no mato: o recém-erguido em Xai-Xai, dedicado ao clã Ldamine; o memorial de Shimbutsu à colina sagrada contígua a Chibuto; e um outro, a pouca distância, em Mukhotene, teatro da última batalha do Estado de Gaza. De acordo com os entrevistados e como explicitado no opúsculo sobre o turismo pedagógico da Direção Provincial da Cultura e Turismo de Gaza, existe uma estreita correspondência entre esses lugares e os monumentos comemorativos das lutas pela independência; em outras palavras, os memoriais interlaçam a narração do século XX, partilhando o axial ideológico da luta contra o colonialismo. Paradoxalmente, a construção dos memoriais das batalhas de 1895 recua mesmo ao período colonial: no início do século XX, o governador Freire de Andrade (antigo comandante nas mesmas batalhas) impulsionou o erguimento de monumentos em forma de padrões-obeliscos celebrativos dos soldados portugueses mortos (e ali enterrados). Sucessivamente, com a criação da Agência Geral das Colônias em 1924, a encenação da “liturgia” nacionalista portuguesa tomou novo vigor. Logo, e desde os anos 1920, começaram a aparecer referências aos memoriais nos jornais moçambicanos; até a voz dos assimilados, o *Brado Africano*, recordava a epopeia colonial publicitando passeios turísticos a Marracuene e Coolela. Nessa altura, reclamava-se com insistência a construção de novos monumentos das gloriosas batalhas, mesmo a custo de adiar projetos infra-estruturais. Provavelmente, o momento de máximo auge foi a visita do Presidente da República Portuguesa, Óscar Carmona, em agosto de 1939: ao ápice do imperialismo, as visitas das máximas autoridades serviam para enfatizar os supostos efeitos civilizadores do colonialismo português.

Por consequência, até 1975, esses monumentos continuaram a servir de altares votivos do esforço colonizador português; todavia, com a independência nacional moçambicana (25/06/1975), a mesa virou. Os emblemas da propaganda colonial foram os primeiros alvos dos revolucionários; é o caso do derrube da estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque em Maputo e da destruição dos padrões de Magul e de Mukhotene (reconstruídos em 1995 e 1997, respectivamente, em ocasião do centenário das batalhas). É praxis comum que a destruição concreta dos símbolos mais representativos do opressor marque os câmbios de regimes (BEVAN, 2007), mas nesse caso reparou-se posteriormente que os mesmos acontecimentos históricos eram indispensáveis também para o povo moçambicano.

Apesar dos novos horizontes nacionais, as trajetórias dos monumentos comemorativos em África não são sempre lineares. Um exemplo a este respeito é a estátua do líder pan-africanista ganês Kwame Nkrumah decapitada em 1966 e hoje conservada no Kwame Nkrumah Memorial Park em Acra. O monumento da batalha de Coolela é um outro caso de memória contestada: a seguir a independência, a lápide comemorativa portuguesa foi destruída, reconstruída e, por fim, removida em 2005. De uma certa forma, entre demolições e reconstruções, nos memoriais está condensada a prolongada dialética de continuidade e conflito entre identidade nacional e legado colonial.

Contudo, o monumento a Chaimite passou por um percurso ainda diferente. No lugar da sepultura de Manikusse, foi construído no início do século XX um pequeno monumento comemorativo do feito de Mouzinho de Albuquerque. Era, todavia, imprescindível pela propaganda do Estado Novo erguer um mausoléu que exaltasse Chaimite como exemplo de coragem, patriotismo e de autoritarismo, todos valores enfatizados no regime fascista português. Em 28 de dezembro de 1940, foi então inaugurado um imponente mausoléu alto, cerca oito metros para imortalizar “o cavaleiro do graal” (assim definido no discurso inaugural) Mouzinho de Albuquerque.

Hoje, é oficialmente o mausoléu de Ngungunhane, lugar onde refugiou-se para invocar a proteção dos antepassados e onde foi preso. A construção colonial foi preservada após a independência, sendo remodelada e renovada em 1995, no centenário da prisão. Foram acrescentadas uma lápide e placas explicativas, ostentada uma fotografia dele no vértice, construído um palco para discursos e exibições e ainda foram reconstruídas quatro palhotas representativas do antigo kraal (numa das quais foi simbolicamente transferido o espírito do avô Manikusse). Ao lado da estrutura central, surge uma pirâmide branca de cerca de setenta centímetros de altura em homenagem aos conselheiros Queto e Mahune, fuzilados a sangue frio. O guarda e responsável do memorial, o Senhor Mukatxua, numa entrevista realizada ao pé do mausoléu, explicou que Samora Machel idealizava nessa aldeia a construção de um hotel que pudesse receber turistas nacionais e estrangeiros. Contudo, hoje em dia, a ausência de um centro interpretativo/museal deixa uma certa impressão de incompletude, de catedral no deserto. Como lamenta o antigo governador da província de Gaza, da linhagem de Ngungunhane e atualmente presidente do King Ngungunyane Institute, Eugénio Numaio:

Você viu aquela estátua em Chaimite, mas o peso da história mereceria fazer a réplica numa sala informativa sobre a primeira capital do império e sobre o papel do Sochangane. Seria um encontro de cultura

internacional, como quando a gente vai a Roma podemos visitar o castelo de César Augusto. Mas esse de Ngungunhane e Sochangane é recente, comparando com a história de César Augusto. Então tinha que haver um marco, com atividades integradas para valorizar o lugar. Outro lugar é mesmo Mussourize (Manica), fazer lá algo para memorizar o lugar, e a Manjacaze que é o outro centro importante. (Entrevista a Eugénio Numaio. Maputo, 31/03/2022).

Figura 2:

Pedra de Mussussu, Espungabera (Mossurize, Província de Manica



Fonte: ARPAC Delegação de Manica.

Cerca de 715 quilómetros ao norte, na província de Manica, há um outro lugar da memória de Ngungunhane, que, ao contrário de Gaza, não aduz legados coloniais. Perto de Espungabera, quase na fronteira entre Moçambique e Zimbabwe, se encontra na

localidade de Mussussu (árvore, na língua Ndau) uma pedra côncava de cerca seis metros de tamanho. A lenda reza que, numa viagem entre os territórios da Rhodesia do Sul e Mossurize, Ngungunhane parou a descansar, à espera que seus soldados voltassem das atividades de reconhecimento do terreno. Ficou então sentado ali muito tempo, aproveitando daquela sombra para planejar táticas e incursões militares. De acordo com a mitologia local, é por essa razão que a pedra acabou por assumir a configuração das suas nádegas e ainda hoje sentar-se na mesma pedra do mítico antepassado é considerado de bom auspício. Apesar da improvável autenticidade dessa origem, a Pedra de Mussussu intriga estudiosos como Killian Dzinduwa:

[...] é discutível, estamos a falar da esfera de geologia, de natureza, depois misturado com a cultura. Mas é ali que o povo acredita que sentou-se e deixou as marcas. É um lugar que na verdade recebe, faz referência e até leva pessoas para visitar. Acho que é um marco. (Entrevista a Killian Dzinduwa, Chimoio 09 de abril 2022).

A partir de 2005, a Pedra de Mussussu ficou registrada como lugar histórico no perfil do Distrito de Mossurize do portal oficial do governo moçambicano, sendo descrita como o “lugar onde descansava Ngungunhane nas suas incursões”. O simples fato de que uma formação rochosa com forma anatómica seja reconhecida oficialmente manifesta uma certa importância simbólica. No local, foi colocada uma placa (hoje quase ilegível), que laconicamente reza: “lugar histórico Pedra de Mussussu”. É oportuno lembrar que perto do Rio Mossurize ficou por um quarto de século (até 1889) a capital do Estado de Gaza, um centro urbano cosmopolita que recebia companhias mineiras, missionários, exploradores, caçadores de elefantes, e, escondidos entre eles, espiões. Todavia, existem escassos vestígios arquitetônicos ou monumentos: além da Pedra de Mussussu, na província de Manica, existem poucos outros marcos do Estado de Gaza. Porém, em 2021 foi erguida uma imponente estátua de Ngungunhane em Chimoio, a capital provincial, ampliando o já rico património histórico-cultural provincial.

Figura 3:

Túmulo da rainha Acivaanjila, Majune, província de Niassa



Fonte: ARPAC Delegação de Niassa, p.14.

O memorial da Rainha Acivaanjila se localiza no Distrito de Majune, como anteriormente nos referimos. O memorial em homenagem a Bibi Acivaanjila encontra-se no local onde jazem os seus restos mortais, na zona chamada de Mikoko, que dista cerca de 12km de Malanga (Vila Sede do Distrito de Majune), atravessada pela Estrada Nacional nº 249/14. No local, foi colocada uma placa com as inscrições “Túmulo da Rainha Acivaanjila I – Descansa em paz”. Na tradição oral local reside a crença de que no local da sepultura/santuário da rainha realizam-se milagres e mistérios. Mussa Adamo narrou, em entrevista, narrou episódios sobre a sacralidade do local nos seguintes moldes:

Até agora, quem vai à Majune de carro, quando chega próximo da campa da rainha, tem que reduzir a velocidade e andar devagar, mesmo de mota deve andar devagar, e quando não reduz a velocidade perto da campa da rainha, a pessoa cai ou faz acidente e pode mesmo perder a vida. Mesmo que seja carro de um dirigente ou que anda com um superior, deve andar devagar, e nos anos passados aquele lugar era respeitado. (Entrevista a Mussa Adamo. Lichinga, 30 de março 2017).

Por isso, o sepulcro da Bibi é bastante sacralizado, qualquer pessoa que por ali passa é obrigada a manter-se em silêncio absoluto, caminhar devagar, tirar chapéu, reduzir a velocidade da viatura, de igual forma, de velocípede sem motor ou com motor, desligar

todos os aparelhos sonoros. Há relatos de acontecimentos estranhos quando se desobedece às regras, os espíritos protetores do lugar manifestam-se causando acidentes que podem levar à morte. Por outra, fala-se da existência de uma cobra grande que tem aparecido no local e que, misteriosamente, desaparece entre os arbustos ali existentes. A tradição oral existente recorda um episódio aquando da construção da atual estrada, quando um trabalhador teimou em cortar uma árvore ali existente e, dias posteriores, adoeceu e perdeu a vida. Todavia, o local é um dos lugares sagrados da Província de Niassa, onde residem os espíritos dinásticos dos Mataakas. O lugar onde jazem os restos de um dos exemplos de liderança feminina em África é palco de diversas manifestações sócio-culturais africanas. As principais cerimónias que se realizam são de pedido de chuvas, de boas campanhas agrícolas, cerimônias para afugentar animais ferozes do povoado e para que reine a paz na comunidade.

Existem crenças de que, com auxílio do local, realizam-se milagres em determinadas ocasiões, em situação de pedido de cura para alguém que se encontre doente ou em caso de mulheres que não concebem para poderem gerar filhos, entre outras coisas. Esses elementos, simbolicamente, fazem a entrada ao local onde residem os espíritos do Distrito de Majune seja previamente permitida. Existem regras pré-estabelecidas para entrar no local, as mulheres são obrigadas a entrar de capulanas, deixando descoberta a parte superior do corpo, incluindo os seios, enquanto os homens ficam de tronco de fora ou descobertos. Tanto homens como mulheres são obrigados a tirar os sapatos e a entrarem descalços para dar início às cerimónias. Todos esses procedimentos servem para simbolizar o luto e a reverência ao local. Não existe idade pré-estabelecida para alguém fazer parte desse tipo de cerimónias. Geralmente todos os que visitam o local devem levar consigo alguma coisa para servir de oferta aos antepassados, o traço mais comum desse ritual é levar uma moeda para deixar no local. As mesmas não são retiradas de qualquer maneira.

A retirada das oferendas é feita pelas pessoas devidamente autorizadas para o efeito. Esse processo acontece geralmente quando se realizam campanhas de limpeza do local. Normalmente se estabelece uma data na comunidade para a realização do cerimonial, na qual se leva farinha sagrada para servir de oferta e invocar os espíritos para que nada de anormal aconteça durante o trabalho. Nesse dia, normalmente se recolhe as moedas existentes e se manda comprar alimentos que são preparados no local e servidos a todos, ao fim do qual regressam para a zona de procedência. Esse ritual é realizado

como forma de agradecer às pessoas que disponibilizam tempo para participar no evento. (Aciica Matimula, entrevista de 05 de junho de 2011, Majune, província de Niassa).

2.1. Árvores e animais sagrados: a tradição local nos memoriais

Como vimos no caso da sepultura da Rainha Acivaanjila, germina um certo misticismo na sombra das florestas à volta dos lugares de memória. “Oiço muitas vozes, como se diz que oiçam os loucos; oiço árvores a falar como se diz que os feiticeiros ouvem”. A citação de G. Okara, incipit da obra “Os ossos de Ngungunhana” (PANGUANA, 2004), evoca a importância das árvores na tradição africana. Algumas delas, pela forma, pelo lugar onde crescem ou pelas características botânicas são consideradas *transfers* para o mundo dos espíritos e desempenham um papel transcendente associável ao altar do culto cristão. É onde se celebram rituais para pedir proteção aos antepassados, acima de tudo a abundância de chuva pelas colheitas. A mata de Chaimite, onde ainda vivem os canhoeiros de final do Oitocentos, quando foi preso Ngungunhane, é um desses lugares; é naquelas raízes que repousa o poder espiritual da comunidade, os espíritos dos antigos chefes que, de acordo com Maganhele (1997), gozam do estatuto de divindades.

A cada ano, o dia 3 de fevereiro é fulcral: autoridades provinciais e nacionais convergem ao mausoléu para celebrar o Dia dos Heróis, e danças folclóricas se alternam aos discursos oficiais. Nessa ocasião, os líderes comunitários deitam nas raízes das árvores a bebida tradicional (a mais popular é o canho) e o sangue dos animais sacrificados. Esse ritual (kuphalha) é uma prática religiosa que, com algumas mudanças e interrupções, recua aos tempos do Estado de Gaza. De acordo com os anciãos, no final da cerimónia, é esperada a aparição de uma cobra, protetora da comunidade. Na mata onde surgem Chaimite, Mukwothene e Shimbutu, a cobra é considerada a encarnação do rei fundador Manikusse. Contudo, lamentam diversos anciãos locais que por interferências estranhas já não costuma aparecer.

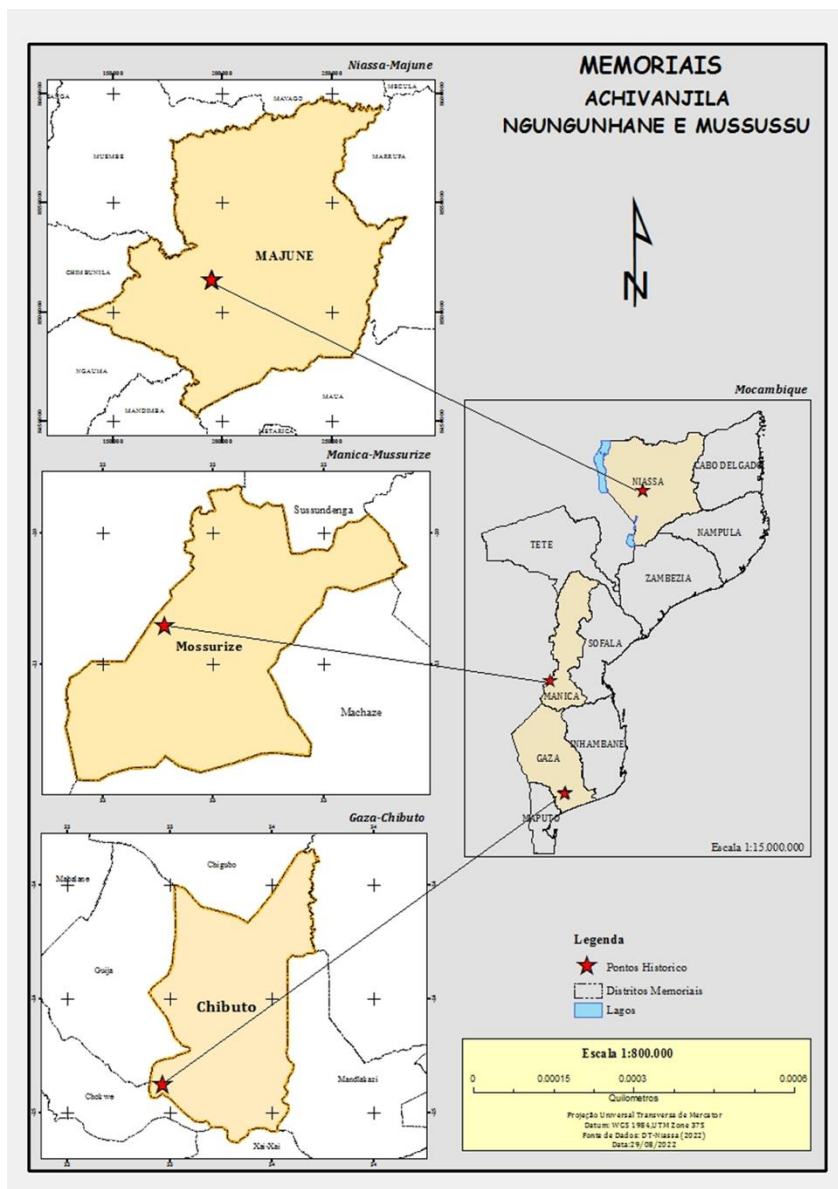
Uma outra crença muito radicada é que seja impossível derrubar essas árvores, que voltariam a crescer no dia seguinte caso se tente cortar, sendo imbuídas da força espiritual dos antepassados. Em Manica, além da Pedra de Mussusu, existe em Mazvissanga (Distrito de Machaze) um embondeiro mult centenário com uma abertura no seu tronco, que se presume ter servido de esconderijo para Ngungunhane e os seus

guerrilheiros durante a sua deslocação de Mossurize a Gaza. À volta da imensa árvore de cerca de vinte metros de altura e cinco de diâmetro, celebram-se rituais para afastar fatalidades (falta de chuva, pragas ou uma má colheita) atribuídas à intervenção de espíritos malignos. Contra eles evocam-se os próprios ancestrais que a comunidade acredita viveram, ou passaram, nesse lugar sagrado.

Apologeticamente, acreditamos que essas manifestações culturais sejam uma forma específica de conservar e transmitir a memória de eventos ou figuras marcantes alicerçadas na tradição oral. Por consequência, podemos argumentar que os memoriais de Ngungunhane e Acivaanjila constituam pontos de contato (físicos e simbólicos) entre a aprendizagem escolar e a memória histórica local e, com os devidos apoios, podem revelar-se muito enriquecedores na definição de conhecimentos históricos e de identidade nas novas gerações.

Figura 4:

.... Mapa dos memoriais



Fonte: ARPAC Delegação de Niassa

2.2. Questões pedagógicas abertas nos lugares da memória moçambicanos

A partir das narrativas anteriormente elucidadas, pode-se empregar no discurso a teoria de Marc Ferro (2017), para qual o conhecimento do passado na África negra resulta de três níveis. No primeiro, reflete-se a tradição oral em que fatos e mitos andam intrinsecamente ligados. Existem ainda reminiscências da história tal como foi ensinada pelo colonizador, que considera um segundo nível; por último, enuncia que desde a independência tem havido um impulso de reavaliar a história africana de forma

descolonizada. Essa estratificação parece-nos aplicável aos lugares da memória de Gaza, Manica e Niassa; permite, ademais, entender a relevância educativa dos memoriais, numa ótica local, nacional e global.

Tendo em conta que o atual currículo do ensino secundário orienta os professores a utilizar até um máximo de 20% do tempo para abordar fatos históricos locais de interesse nacional (INGUANE, 2007), vislumbra-se a diferença entre o uso dessa opção curricular na sala de aula e na visita de estudos. Para Julião Francisco Chissano, visitar os memoriais desperta nos alunos sentidos, curiosidades e interesses e, ao mesmo tempo, simplifica a tarefa do professor. “Os professores de história (da província de Gaza) levam os alunos a dar aulas aqui (referindo-se a Coolela) para além das excursões que vêm de Maputo e fazem perguntas e explicam” (Entrevista a Julião Francisco Chissano. Manjacaze, 14/03/2022). Numa conversa em ocasião da comemoração da batalha do Gwaza Muthini em Marracuene, Justino Ximuvane Cuna sintetizou que as atividades culturais e pedagógicas nos memoriais servem para passar o testemunho aos mais novos. A Direção Provincial da Cultura e o Turismo de Gaza segue na mesma direção dos entrevistados, encorajando esta atividade no projeto de turismo pedagógico nos seguintes termos:

Esta é uma realidade comum em diversas escolas secundárias, cujos alunos não possuem condições de terem esse envolvimento mais ativo na construção do conhecimento. Assim o processo de ensino-aprendizagem muitas vezes se resume às aulas que ocorrem dentro das dependências das escolas sem haver a possibilidade de se buscar um aprendizado por meio da vivência com o objeto de estudo. É empolgante a possibilidade de se transformar aulas de história, por exemplo, em visitas nas quais os alunos possam contemplar *in loco* os personagens e os acontecimentos que são descritos em sala de aula. Por si só, tais visitas em localidades de importância histórica tem o poder de aumentar a qualidade do aprendizado e a motivação para os estudos, além de promover a importância de preservação de sítios históricos. Assim torna-se possível levar o aluno a ter uma percepção de novos espaços e ter maior conscientização de sua própria história por meio dos locais visitados. (Direção Provincial da Cultura e Turismo de Gaza. O Turismo pedagógico)

Outro benefício é a possibilidade de interligar disciplinas diferentes. Infelizmente, muitas vezes (e não só em Moçambique) o ensino da história não passa de uma aprendizagem cronológica de datas, enquanto tem na sua natureza infinitas possibilidades de cruzamentos com outras disciplinas. No caso dos memoriais, existe uma ligação direta com a literatura (que pelo visto atingiu muito nessas figuras), mas há também cruzamentos possíveis quer com a geografia, quer com a filosofia. Trata-se duma mais-

valia, sendo que as abordagens transversais são vivamente recomendadas numa pedagogia que prepare o aluno a contextos fluidos e cada vez mais internacionais, tanto nas áreas urbanas como nas zonas rurais.

Por exemplo, para o caso da brochura do turismo pedagógico na Província de Gaza, atesta-se que, “com uma visita pedagógica aos memoriais, é possível estudar conteúdos de diversas disciplinas e construir um conhecimento integrado entre elas”. Os professores podem, assim, criar uma atmosfera de aprendizagem dinâmica, com um ensino ativo (debates, painéis, tertúlias) alargado a várias áreas do conhecimento. Numa perspectiva multidisciplinar, os casos considerados são importantes a nível local, nacional e global, pois figuras controversas como Ngungunhane e Acivaanjila levantam questões sobre o colonialismo, o tráfico de escravos e o racismo, fornecendo ao aluno recursos críticos de cidadania global. Antes de entrar mais no específico, individualizamos constrangimentos a essas práticas, comum a maioria dos memoriais moçambicanos que em muitos casos não aproveitam as potencialidades aplicáveis ao o processo de ensino e aprendizagem. De fato, a carência de explicações em forma de painéis ilustrativos prejudica a experiência do aluno, delegando a explicação e o aprofundamento das temáticas ao professor. A Pedra de Mussussu, em particular, é muito negligenciada: não sendo protegida pela lei 10/88 de 22 de dezembro, fica mais vulnerável aos atos de vandalismos e à incúria (atualmente a placa explicativa está totalmente erodida pelas intempéries).

Uma inspiração neste aspecto vem do Brasil, especificamente do Museu Memorial da Balaiada, construído em Caxias, em 2004, para comemorar a revolta dos balaios contra os grandes fazendeiros maranhenses (1838-1841). O estudo das atividades pedagógicas revela que, para maximizar os benefícios, é fundamental preparar as visitas com atividades *ad hoc*, sendo que os conhecimentos prévios assumem grande valor didático na hora da visita. Com o devido acompanhamento, essas ocasiões tornam-se para os alunos maranhenses momentos de aprendizagem e de debate acerca da memória coletiva. (DUARTE, 2020).

Contudo, melhorar essa abordagem em Moçambique não é tarefa fácil, pois o paradigma de ensino em muitas escolas é ainda muito baseado na direta transmissão de conteúdos professor-alunos. Um ponto em comum entre os memoriais analisados é a localização afastada dos centros urbanos; como vimos, esse aspecto pode incentivar as práticas tradicionais, mas do outro lado dificulta (muitas vezes impossibilita) as visitas por meras questões de transportes. Parece-nos que, aos dias de hoje, os recursos

tecnológicos permitem reduzir esse tipo de impedimentos e o uso da tecnologia dos memoriais brasileiros é exemplar nesse sentido. Numa ótica futura, uma hipótese poderia ser desenvolver uma aplicação para celulares à base de um sistema de códigos QR, utilizado com sucesso em vários países e em vários projetos de turismo pedagógico. Os recursos digitais, enfim, possibilitam a criação de redes virtuais que interliguem o património de diferentes províncias encurtando as distâncias. Consta, todavia, reparar que, ao estado atual, nada desse gênero existe nos memoriais em referência.

2.3. Benefícios e desafios das visitas aos memoriais de Chaimite, Mussussu e Majune no ensino secundário: nota metodológica

Este estudo baseou-se em larga parte na pesquisa de campo, no quadro de mais ampliadas investigações sobre Ngungunhane e Acivaanjila. Para sustentar a articulação do discurso, citamos extratos relevantes das entrevistas semi-estruturadas com autoridades administrativas e educativas. Além disso, nos apoiamos também em um simples questionário³, entregue aos alunos e professores das escolas secundárias mais próximas aos memoriais. Sem pretender alterar a natureza qualitativa da investigação, o questionário serviu para recolher depoimentos diretos dos alunos e professores. Para fins desse discurso, algumas expressões relevantes são reportadas integralmente ou em parte.

Antes de prosseguir com os três casos, é importante salientar a diferença de relevância curricular entre as figuras consideradas. Ngungunhane e a resistência de 1895 têm um papel muito maior no Currículo de 9a a 12a classe, enquanto a resistência da Rainha Acivaanjila não está presente nos manuais de história que são utilizados em currículos escolares. Enfim, é oportuno considerar também que o material recolhido possa ressentir da experiência ligada às contingências da pandemia vivida nos meses anteriores.

Chaimite

³ O questionário (cuja indicação dos nomes era facultativa) é constituído por treze perguntas abertas. Foi distribuído a docentes e alunos de escolas secundárias localizadas próximas dos memoriais. Escola Secundária de Chibuto, Chimundo e Mohambe (arredores de Chaimite- Chibuto), 16 respostas coletadas (7 professores, 9 alunos). Escola Secundária Teresa Amuli e Joaquim Chissano (Mossurize) 18 respostas coletadas (6 professores, 12 alunos). Escola Secundária Francisco Mazuze (Majune) 19 respostas coletadas (4 professores, 15 alunos). Essa tarefa foi facilitada pelos Serviços Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Chibuto e Mossurize e pelo ARPAC de Niassa.

Existe uma tradição consolidada de levar turmas de ensino secundário em visitas educativas ao mausoléu de Chaimite, com benefícios comprovados (como argumenta o Diretor da escola secundária Ngungunhane de Chibuto).

“Reparem que em todos os exames de história, há sempre alguma questão que está ligada à heroicidade que pode ser história de Ngungunhane, pode ser batalha de Coolela, pode ser outros monumentos históricos, mas aqui por causa da ligação que nós temos com o nome, temos a obrigação de dizer para as nossas crianças que tal nome Ngungunhane que está aqui, é possível visitarmos e sempre criarmos condições como direção da escola para que eles façam excursões”.

Sem dúvida, o sítio é bastante conhecido dos que responderam ao questionário pelas cerimônias tradicionais que ocorrem ali regularmente. No entanto, emergem vários tópicos problemáticos nas respostas recolhidas em três escolas secundárias da zona. Alguns testemunhos remetem aos desafios do espaço memorial, como afirma a professora Glória Kapenda Nhamoneque: “para a revitalização dos memoriais deve-se instalar uma biblioteca com manuais, um «mine» museu, e talvez um anfiteatro, e incutir no aluno a importância do memorial”. Outra professora, Dúlia Orlando Mate Chachine (Escola Secundária de Chimundo), aconselha reforçar os recursos humanos: “convidar professores acompanhantes. É fundamental ter, durante a visita de estudos, os professores que ajudem a manter a ordem e ajudem no processo pedagógico”.

A carência de recursos humanos e de meios de transporte para visitar o mausoléu pode resultar na impossibilidade de levar turmas completas, conforme evidenciado pelo discurso do aluno Arlindo Siteo. “Fomos visitar o memorial por fins didáticos só uma vez, junto dos meus colegas. Os que foram selecionados não foram todos. Eu tive a sorte de ser selecionado. A escola não tem fundos para financiar as viagens de todos”. (Arlindo Siteo, turma AD1, Escola Secundária de Chibuto, 08 de julho de 2022).

Resumidamente, as respostas coletadas evidenciam o interesse que o mausoléu de Chaimite, assim como outros monumentos históricos do Estado de Gaza, desperta. Contudo, sérias dificuldades logísticas impedem uma utilização proveitosa e acessível a todos.

Mussussu

Foi numa entrevista com o Diretor Provincial da Cultura e Turismo de Manica que se despertou o interesse deste artigo em torno do valor pedagógico da Pedra de Mussussu. Em tal circunstância se argumentou o proveito das escolas do Distrito de Mossurize nas visitas ao local, em ocasião do dia 18 de abril, dia dos monumentos e dos sítios de interesse histórico da UNESCO. De acordo com as respostas recolhidas em duas escolas secundárias de Mossurize (Escola Secundária Teresa Amuli e Escola Secundária Joaquim Chissano), esse memorial também é bastante conhecido pelas cerimônias tradicionais. Enquanto as visitas escolares são uma prática bem mais recentes do que em Chaimite.

Apesar das respostas dos professores e alunos indicarem um certo interesse na experiência direta com o passado, real ou imaginado, diversos aspetos permanecem controversos. Entre os maiores constrangimentos apontados nas respostas estão o pouco espaço disponível para acomodar a turma e, particularmente problemático, a ausência de painéis explicativos ou qualquer outro recurso complementar às explicações dos docentes. Como antecipado, Mussussu não é protegido por lei como monumento nacional, portanto a pedra sagrada é exposta a estragos (por exemplo, repara-se em incisões de vários tipos). Dessa forma, nas respostas de alguns alunos, há a preocupação de proteger o sítio, argumentando ser oportuno fazer limpezas com frequência, respeitar o local para preservar o espaço sagrado para si e para outros jovens e, cito: “não fazer coisas que não estejam ligadas a esse lugar”.

Majune

As respostas, em linhas gerais indicam que a maioria dos inquiridos sabe quem foi a rainha, a sua história e a existência do memorial em sua homenagem. Conjuntamente, as respostas convergem no fato do memorial ser um lugar sagrado da comunidade, na qual se pode ler na maioria das respostas que “o local histórico surgiu depois da morte da rainha”, dando evidências de que ainda subsiste uma forte tradição oral sobre o memorial. Não restam dúvidas de que a tradição oral se encarregou de fazer o seu papel para os jovens, de forma absoluta, ou seja, todos os estudantes da Escola Secundária Francisco Mazuze de Majune responderam que conhecem ou já ouviram falar da história do memorial; isto é, sabem que se tratou de uma matriarca e fundadora do povoado de Majune.

Aduzindo as respostas dadas pelos nossos entrevistados sobre os benefícios do memorial para a finalidade didática, levaram-nos as seguintes conclusões: as escolas próximas não tiram nenhuma vantagem com o memorial existente. Entre a maioria dos entrevistados, nenhum deles chegou a ir ao local como complemento do processo de ensino e aprendizagem. Atinentes a esse respeito, diversos fatores podem ser chamados em conjunto para responder essa situação. Similarmente aos outros memoriais, a questão logística apresenta sérios constrangimentos, como asseverou o diretor da Escola Secundária Francisco Mazuze de Majune: “É difícil levar os estudantes para o memorial da rainha, uma vez que o espaço fica localizado a precisamente 8km da vila. [...] Mas se fosse perto ou mesmo aqui na vila facilmente poderíamos ir visitar”. Portanto, as limitações logísticas de que a maioria das escolas moçambicanas se encontram concorrem para que os professores se pautem apenas por uma metodologia de ensino baseado em memorização e disseminação dos fatos. Isto é, uma modalidade de ensino no qual os professores são meros transmissores de informação e os alunos, receptores.

No entanto, urge a necessidade de se inculcar a utilização de métodos inovadores de ensino e aprendizagem dos alunos de maneira a suprir os condicionalismos anteriormente referenciados. Tal como sustentam alguns pedagogos ao se referir sobre ensino de história, aventam a necessidade de um ensino inovador, contextualizado e que se aproxima cada vez mais das realidades históricas locais. (SILVA, et al, 2013).

Conclusões

Apesar dos limites metodológicos da pesquisa, ainda podemos delinear algumas conclusões válidas para os três memoriais localizados nas três grandes áreas de Moçambique. No estado atual, o uso pedagógico dos memoriais considerados demonstrase fraco e limitado, mesmo para escolas secundárias próximas aos monumentos. Do material analisado emerge a dificuldade de mudar de paradigma de ensino, que continua de fato preso na transmissão mnemónica de factos históricos, funcional à disseminação de conteúdo, mas que pouco ajuda a desenvolver as capacidades analíticas críticas dos alunos. As respostas do questionário e das entrevistas expressam o interesse de professores e diretores em combinar o ensino com atividades complementares ao currículo escolar, entre elas, o uso didático de memoriais/monumentos históricos. Todavia, a falta de recursos humanos/económicos e as dificuldades logísticas constituem sérios obstáculos. Esses impedimentos, em algum caso, podem levar a iniquidades como

a da seleção de quem pode ou não pode participar das visitas de estudo. Não obstante o grande legado histórico, observamos que os mesmos lugares que cristalizam a memória de personagens da resistência anti-colonial apresentam carências evidentes.

Ao estado atual, por diferentes razões, os memoriais de Ngungunhane e Acivaanjila se encontram despojados de painéis explicativos e centros interpretativos que permitam aprofundar o que se pretende imortalizar e de espaços aptos para atividades didáticas ao ar livre. No momento presente, constata-se a completa falta de recursos audiovisuais divulgados online, embora pudessem ser meios sustentáveis a longo prazo com proveito das escolas mais longínquas. É notável como esses locais são entrelaçados a fio duplo com a tradição religiosa local; tal tradição, em passado, levada ao ostracismo, demonstra-se uma forma muito vivaz e ativa de preservar a memória, se bem que pode resultar pouco inteligível para quem não partilha as mesmas crenças.

O que ressalta maiormente das fontes recolhidas é que estamos perante lugares onde a memória é guardada e transmitida, espaços que inspiram reflexões sobre acontecimentos passados, que influenciam e favorecem a formação da identidade cultural das novas gerações. Seria, portanto, oportuno envolvê-las de maneira eficaz, apostando em atividades educativas multidisciplinares relacionadas às visitas, beneficiando da peculiaridade das figuras que visam imortalizar, terreno fértil para abordar temáticas complexas como a resistência africana, o colonialismo e o tráfico de escravos. Por fim, concluímos que é na sinergia entre requalificação do património monumental e promoção de ensino transversal que reside a possibilidade de que os memoriais virem ferramentas de conhecimento histórico, capazes de tornar as visitas de estudos em autênticas ocasiões de aprendizagem.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, M. de. **A Prisão do Gungunhana**. Coimbra: Angelus Novus, 2010 [1896].

BHA KA KHOSA, U. **Ualalapi**. Lisboa: Edições Caminho, 1987.

BEVAN, R. **The destruction of memory, architecture at war**. London: Reaktion books, 2006.

BASTOS, C. H.; MONTEZ, C. Kossi n'quaio! A grande festa do rei Gungunhana. In **Moçambique**: Documentário trimestral nº4. Lourenço Marques: Imprensa nacional, 1935.

CHIZIANE, P. **As andorinhas**. Maputo: Nandyala, 2013.

CONNERTON, P. **How Societies Remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COUTO, M. **As arcias do Imperador**. Lisboa: Editorial Caminho, 3 Vols, 2015-17.

DIALLO, C. S; LIMA, C. A. Revisitando a historiografia africana: subsídio para a disciplina de história da África nas Licenciaturas. Universidade Federal de Alagoas. Vol. 12, N 28, Set./Dez 2020.

DIOP, C. A. **Nations negre et Culture**. Paris: Prèsence Africaine, 1954.

DIREÇÃO PROVINCIAL DA CULTURA E TURISMO DE GAZA. **O Turismo pedagógico (Província de Gaza)**.

DUARTE, R.O. **Uma construção de conhecimento histórico e educação com o património material no museu memorial da Balaiada**. 2020. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Universidade do Pará, Belém, 2020.

DZINDUWA, K. A Veneração aos Espíritos Makombe: uma marca das comemorações da Revolta do Báruê. **Embondeiro**: publicação socio-cultural do Arpac, v.1, 2017, pp.36-43.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (ed.) **História Geral de África**. Metodologia e Pré-História da África. vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010.

FERRO, M. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Scielo Editora, 2017.

GREER, J.; GROBMAN, L. **Pedagogies of public memory. Teaching Writing and Rethoric at Museums, Archives and Memorials**. New York: Taylor & Francis, 2016.

“Heróis? Somos todos, até Gungunhana que era ladrão de mulheres!”. **Embondeiro**, Maputo, 22 de setembro de 2004, p. 1-3.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

INGUANE, C. **Negotiating Social Memory in Postcolonial Mozambique: The Case of Heritage Sites in Mandhlakazi District**. Joannesburg: University of the Witwatersrand, 2007.

JALOICE, J.F. “Entre história e literatura: a invenção de heróis e mitos na construção do estado nação em Moçambique”. In: BORRALHO, H.; REIS, T.R. Silva (orgs.). **Histórias e literaturas em países africanos de língua portuguesa**. São Luís: Editora UEMA, P. 89-106l, 2020.

LIESEGANG, G. **Ngungunyane**: a figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza (1884-1895) e o Desaparecimento do seu Estado. Maputo: Coleção Embondeiro 8, 1995.

MACHEL, S. Ngungunhane grande herói do povo. Discurso celebrativo do regresso dos restos. Maputo: FRELIMO, 17/06/1985.

MAGANHELE, A. R. **Poder tradicional e a sua legitimidade no contexto histórico de Gaza. Estudo de caso no distrito de Chibuto**. Dissertação (Licenciatura). Programa de Licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE). Perfil do Distrito de Majune: Província do Niassa. Maputo: MAE, 2005.

Moçambique: Documentário trimestral. Número Especial Comemorativo da Visita do Presidente Carmona. Lourenço Marques, Imprensa nacional, 1939.

MUOCHA, M. **A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a construção de memórias colectivas em Moçambique**: Do colonial ao pós-colonial. 2018. Dissertação (Mestrado)- Programa de mestrado em História de Moçambique e de Africa Austral, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2018.

NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, v. 10, 1993, pp. 7-28.

NORA, P. “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”. **Representations**, n. 26, Special Issue: Memory and Counter-Memory, 1989, pp. 7-24.

OLIVEIRA, R. “Terras de Gaza- Chibuto”. **Jornal do Comercio**, Lourenço Marques: dez de agosto de 1928, p.1.

PANGUANA, M. **Os ossos de Ngungunhana** (contos). Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2004.

PÉLLISSIER, R. **História de Moçambique**: Formação e Oposição. 1854-1918. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

QUINTINHA, J. TOSCANO, F. **A derrocada do império Vátua e Mousinho de Albuquerque**. Lisboa: Portugal Ultramar, 1930.

RIBEIRO, F. A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**, v.9, n. 2, 2005, pp. 257-275.

RICOEUR, P. **History, Memory, Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

SEABRA, J. O império e as memórias do Estado Novo: os heróis de Chaimite. **Revista de História das Ideias**, n. 17, 1995, pp. 33-78.

SILVA, J. G. et al. Ensino e Aprendizagem em História: tradicional x tecnologia. **Revista UNIVAP**, v. 22, n. 40, 2021.

SILVERMAN, D. **Doing Qualitative Research: A Practical Handbook**. London: Sage Publications, 2013.

SOARES ZILHÃO, J.J. **Discurso de inauguração do monumento de Chaimite**. Moçambique nº1. Lourenço Marques: Imprensa nacional, 1941.

STAFFORD, G.; NG, C.; KARMAN, L.; BUNETT, K. The Contested Histories Initiative, Coolela Battlefield Memorial in Mozambique. In: **Contested Histories Case Study #102**, outubro de 2021.

Terras de Gaza-Chibuto. **Jornal do Comércio**, Lourenço Marques, 10/08/1928, p.1.

VACHA, A. Iconografia de Gungunhana: representações do rei negro em Portugal (1890-1940). **Práticas da História**, n. 12, 2021, pp.53-93.

VERNE, M. **Liderança Feminina no Estado Mataaka**: Mitos e Poderes da Rainha Acivaanjila de Majununi (Séc. XIX-XX). Lichinga: Instituto de Investigação Sócio-Cultural, 2018.

VILHENA, M.C. **Gungunhana no seu Reino**. Lisboa: Edições Colibrí, 1996.

ZIMBA, B. The Slave Routes and Oral tradition Research Program Slave Trade and Slavery in Southeastern Africa: Interviews and Images. In: ALPER, E.; ISAACMAN, A. (eds.) **Slaves Routes and Oral Tradition in Southeaster Africa**. Maputo: Filsom Entertainment, 2005.

ANEXOS

Entrevistas realizadas

Aciica Matimula (Rainha Acivaanjila V). Comunitária de Malila. Nasceu no dia 12 junho de 1943. Residente em Malila. Entrevista realizada em Majune, em data 05 de junho de 2011.

Albino Maxlhungo. Director da Escola Secundária Ngungunhane. Nasceu no dia 27 de setembro de 1970. Residente na cidade de Chibuto. Entrevista realizada na Escola Secundária Ngungunhane, Chibuto, em data 08 de março 2022.

Carlos Macamo. Professor de História de ensino secundário. Nasceu no dia 22 de outubro 1976. Residente na Cidade de Chibuto. Entrevista realizada na Escola Secundária Ngungunhane, Chibuto, no dia 08 de março de 2022.

Eugénio Numaio. Antigo Governador da Província de Gaza, presidente do King Ngungunhane Institute. Nasceu no dia 04 de abril de 1952. Residente em Maputo. Entrevista realizada no King Ngungunhane Institute, Maputo, em data 31 de março de 2022.

Julião Francisco Chissano. Historiador nacional da luta de libertação de Moçambique e Bispo da igreja Sião, de Moçambique. Nasceu no dia 01 de novembro 1959. Residente em Manjacaze. Entrevista realizada no Memorial de Coolela, Manjacaze, em data 14 de março de 2022.

Justino Ximuvane Cuna. Diretor do Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Marracuene. Nasceu no dia 28 de junho de 1968. Residente em Marracuene. Entrevista realizada no Festival Gwaza Muthini, Marracuene, em data 02 de fevereiro de 2022.

Killian Dzinduwa. Investigador do ARPAC- Chimoio. Nasceu no dia 11 de julho de 1983. Residente na cidade de Chimoio. Entrevista realizada no ARPAC, Chimoio, em data 09 de abril de 2022.

Magwandere Mukatxua. Responsável do Mausoléu de Chaimite. Residente na Povoação Ngungunhane (Chibuto). Entrevista realizada no Mausoléu de Chaimite, Chibuto, em data 05 de março de 2022.

Mia Couto. Escritor. Nasceu no dia 05 de julho de 1955. Residente em Maputo. Entrevista realizada na Fundação Leite Couto, Maputo, em data 02 de março de 2022.

Mussa Adamo. Técnico da Cultura na Direcção Provincial de Cultura e Turismo de Niassa. Nasceu em data 05 de maio de 1955. Residente na Cidade de Lichinga. Entrevista realizada na cidade de Lichinga, em data 30 de março 2017.

Patrício Filimone Meque. Director Provincial da Cultura e Turismo de Manica. Nasceu em data 17 de fevereiro de 1974. Residente na cidade de Chimoio. Entrevista realizada na sede do Governo Central de Manica, Chimoio, em data 09 de abril de 2022.

Paulino Matope. Director da Escola Secundária Francisco Mazuze. Nasceu no dia 07 de abril de 1973. Residente em Malanga. Entrevista realizada no Distrito de Majune, em data 22 de julho de 2022.

Steven Dachuva. Professor de História de ensino secundário. Nasceu no dia 05 de maio de 1973. Residente em Malanga. Entrevista realizada na Escola Secundária Francisco Mazuze, Distrito de Majune, em data 22 de julho de 2022.

Visitas virtuais

Memorial da Balaida: <http://www.memorialvirtual.com/>

Memorial de Henrique Spengler: <https://www.youtube.com/watch?v=pL-liLL5b9c&t=1s>